

O ENSINO MÉDIO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DO PNEM

Julierme Antonio dos Santos¹, Bruna Tarcília Ferraz²

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ¹

juliermeantonio@hotmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ²

btfl@hotmail.com

RESUMO: A temática da formação continuada de professores vem se constituindo em discussão, principalmente num movimento, fruto de demanda social que prevê a luta pela qualidade da educação. Por isso, seja no campo das políticas públicas, seja no âmbito da prática pedagógica, as propostas de formação inicial e continuada estruturam-se a partir de concepções e práticas que evidenciam desafios para as instituições formadoras. Tomando para análise as práticas de formação docente e sua relação com a docência como foco deste trabalho, nosso objeto teórico constitui-se na formação continuada de professores para o Ensino Médio, enquanto que nosso objeto empírico, o Programa Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). O mesmo, apresenta-se como política importante para nossa investigação acerca dos sentidos atribuídos à formação continuada por parte dos professores. A partir de uma pesquisa qualitativa, realizamos um estudo bibliográfico e documental. Assim concluímos que o programa se mostrou ser um momento importante para a formação continuada dos(as) orientadores(as) e contribuiu com o repensar da prática docente no Ensino Médio. Sua organização e desenvolvimento obteve uma avaliação e aceitação positiva dos professores orientadores(as)¹.

Palavras-chave: Política educacional, PNEM, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2013, a União iniciou o programa Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio. O PNEM surgiu como uma ação concreta do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI. O programa parte de duas ações estratégicas e articuladas. A primeira ação busca promover um redesenho curricular, constituindo-se em instrumento para o debate do currículo da escola, marcado em muitos casos pela falta de contexto com a realidade do educando e pela divisão em disciplinas que na grande maioria não dialogam entre si.

¹ Pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018 como requisito de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades – PPGECI, na linha de pesquisa 3-Políticas, Programas e Gestão de Processos Educativos e Culturais. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

Neste artigo, realizamos uma descrição do programa, seus objetivos, estrutura organizacional, o contexto do processo de formação presente no PNEM, no qual parte do eixo estruturante “Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral, com o intuito de ressignificar a formação continuada de professores, principalmente do Ensino Médio.

DISCUSSÃO

SITUANDO O PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

O PNEM propõe a construção de uma proposta de elaboração, por parte da escola, de um currículo que apresente a perspectiva da integração das disciplinas, no qual os conceitos de interdisciplinaridade² e transversalidade³ estejam efetivamente presentes e articulados às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como prevêem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

A segunda ação, e dimensão a ser objeto de investigação nesse texto, é a formação continuada de professores do Ensino Médio, questão esta bastante relevante, e que sempre está no debate nacional sobre o avanço na educação. No entanto, os esforços ainda precisam ser inúmeros, para avançarmos na efetividade de políticas de formação de qualidade da educação em nosso país.

Podemos dizer que o objetivo da formação continuada de professores para o Ensino Médio pensada no PNEM, centra-se na valorização dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nessa modalidade de ensino. Nesse contexto, a melhoria do quadro educacional brasileiro a partir da valorização das atividades desses profissionais, constitui-se eixo central nesse debate.

Ao longo da história da educação no Brasil, percebemos que não foi oferecida devida importância ao profissional da educação, o que faz ser delicada a dinâmica do educar, já que envolve muita, subjetividade, relações de amizade, de companheirismo, respeito e ter profissionais desvalorizados e desmotivados compromete as ações típicas da relação educador/educando. Essa condição deve ser observada quando se estrutura uma política

²Característica do que busca estabelecer relações entre duas ou mais disciplinas, com o intuito de melhorar o processo de aprendizagem. <<http://www.dicio.com.br/interdisciplinaridade/>>

³Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. <<http://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>> (MENEZES, SANTOS, 2001).

pública, porque deve-se buscar fortalecer essas relações, trilhando um caminho de mudança na percepção do professor enquanto sujeito fundamental na estrutura social.

O PNEM, foi instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. O principal objetivo era promover a valorização da Formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, tanto nas escolas rurais quanto nas urbanas. O curso intitulava-se “Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio”, em nível de aperfeiçoamento, cuja área de estudo era educação, com desdobramento em uma subárea que era o currículo.

O programa surgiu como uma iniciativa da União que articulou e envolveu os estados, o DF, as universidades públicas e entidades ligadas à educação, conjuntamente foi pensada e construída a estrutura do programa, baseada no regime de colaboração (PACTO, 2013) como determina a LDB em seu art.8º:

O programa PNEM como política destinada ao Ensino Médio, teve como público os professores e coordenadores pedagógicos das escolas estaduais. O contexto do processo de formação presente no PNEM parte do eixo estruturante “Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral” (PACTO, 2013). As etapas e matérias de orientação, tem como fio condutor a ideia de uma formação pensada de modo a atender vários aspectos constitutivos do ser humano.

Nesse contexto, constitui-se em demanda pensar o processo de educar como algo dinâmico e de interações constantes, que necessita se reinventar todo momento. Além disso, implica em perceber o educando como sujeito de opiniões que necessita ser escutado, rompendo com a postura do paradigma dominante da modernidade, que prevê uma escola cartesiana, cuja estrutura a torna reprodutora da informação, o que não facilita o desenvolvimento do senso crítico sobre conhecimento.

Para tanto, na abordagem do conhecimento científico e a prática didática, devemos enfatizar a importância que possui o educador em repensar o conteúdo de sua disciplina, de reestruturar sua prática pedagógica, de romper com a fragmentariedade do processo de ensinar, no qual as disciplinas não interagem, e os conteúdos transmitidos estão desconexos da realidade dos alunos. Constituindo-se em processo de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos, a estrutura do PNEM possuía como concepção o objetivo já destacado de contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos, no intuito de discutir e atualizar as práticas docentes, em conformidade com as DCNEM.

Sua organização partia da seguinte estrutura: I - As instituições de Ensino Superior – IES, aquelas estabelecidas pelo MEC articuladas às Secretarias de Educação – SEDUC, estavam “responsáveis pela formação de formadores regionais e pelo acompanhamento da formação dos orientadores de estudo e dos professores e coordenadores pedagógicos nas escolas” (PACTO, 2014); II - os formadores regionais estavam a nível de secretaria de educação dos Estados, como responsáveis pela formação dos orientadores de estudos; III - os orientadores de estudo, estes escolhidos na escola entre os profissionais aptos a participar do programa, eram responsáveis pela formação no “chão da escola”, dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio.

Sobre os dados gerais do PNEM, destacamos que o mesmo se apresentava como Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio na área de educação, voltado para a análise do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas. O curso tratava-se de um aperfeiçoamento que tinha como objetivo geral:

Formar em nível de aperfeiçoamento todos os professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio com vistas à valorização da formação do professor e dos profissionais da Educação, a partir do diálogo entre conhecimentos teóricos e experiências docentes e de gestão pedagógica (PACTO, 2014, p. 5-6).

Nos documentos legais e orientadores do PNEM, percebemos uma preocupação em destacar a formação continuada dos professores, como a base para qualquer mudança na realidade da educação no Brasil. A prática docente negligenciada em muitos momentos é o local da mudança. Nesse sentido, oferecer aos profissionais em educação, uma possibilidade de reconfigurar seus conhecimentos, é renovar a esperança de uma educação transformadora como deseja o grande educador Paulo Freire. “A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado” (FREIRE, 1989, p. 27/28). A incompletude é essência do homem, e se ressignificar é fundamental para um desenvolvimento profissional. Destacamos no PNEM, a concepção de oferecer um momento para os professores debaterem sobre suas práticas, um momento de refletir sobre suas experiências.

No entanto, não podemos deixar de destacar que as políticas de formação na atualidade, além de transpassar o caráter emergencial e de descontinuidade, devem aprofundar “a consistência teórica e qualificando a formação do professor para o desenvolvimento de uma prática que atenda as demandas dos estudantes e da sociedade a partir do desenvolvimento de um currículo orientado a partir das DCNEM” (PACTO, 2013b, p. 13/14).

É justamente a Diretriz Curricular para o Ensino Médio que orienta o PNEM, estabelecida a partir da Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012 (MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO, 2012), que traz consigo conceitos determinantes na construção de uma política pública em educação. Podemos destacar a utilização desses conceitos na descrição do curso, encontrada no documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio (PACTO, 2014).

Descrição do Curso: O curso privilegia a articulação entre teoria e a prática no processo de formação docente, fundado no domínio de conhecimentos científicos e didáticos. Considera a escola como lócus de formação continuada e (re)construção coletiva do projeto político-pedagógico em suas articulações com as concepções de juventude e direito à qualidade social da educação (PACTO, 2014, p. 05).

A primeira questão é a articulação entre teoria e prática. Todo o processo de formação dos professores tinha como base este conceito. Foram elaborados onze cadernos para os estudos dos professores, divididos em duas etapas. A primeira etapa foi composta pelos cadernos: 1 - Ensino Médio e formação humana integral; 2 - o jovem como sujeito do Ensino Médio; 3 - currículo do Ensino Médio: seus sujeitos e o desafio da formação humana integral; 4 - áreas de conhecimento e integração curricular; 5 - organização e gestão do trabalho pedagógico e 6 - avaliação no Ensino Médio. A segunda etapa era composta por cadernos das áreas: 7 - organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio; 8 - ciências humanas; 9 - ciências da natureza; 10- linguagens e 11- matemática.

Quando pensamos no PNEM, a singularidade de perceber a formação como construção de vida do professor é destacada na proposta dos cadernos, pois estes foram elaborados na perspectiva de associação de conteúdos epistemológicos, com atividades práticas, cuja importância não se esgota com a produção da mesma. O caderno serve como um caminho para o professor voltar e repensar suas práticas, pois os mesmos abordam conceitos da educação com leituras e atividades para os professores refletirem.

Esses cadernos destinados à leitura e análise durante o programa, constituíam-se de um texto teórico e com atividades práticas para os professores realizarem. Como se percebe, a partir da observação dos cadernos, a primeira etapa possuía uma característica de formação geral, com temas que envolviam a docência. Essa etapa se aproximou de uma formação inicial, composta por temas e conceitos fundamentais para a formação básica do docente, buscando contemplar sua ação educativa no ambiente escolar.

A segunda etapa, era constituída por um estudo mais específico das áreas do conhecimento. Nesta etapa, o conceito e objetivo maior do programa era a discussão sobre a interdisciplinaridade, pois eram professores dos diversos campos dos saberes reunidos debatendo o campo singular das disciplinas. Nosso texto, delimita-se à primeira etapa, por ter

conteúdos que denominamos gerais, já que a segunda etapa do programa abordava especificamente as áreas do conhecimento.

A primeira etapa do programa se alinha ao nosso objetivo de compreender a concepção dos professores orientadores de estudo sobre a política de formação continuada vivenciada no PNEM. Temas como Ensino Médio e formação humana integral, jovem no Ensino Médio, currículo e avaliação no Ensino Médio, propostos nessa primeira etapa proporcionaram aos orientadores a possibilidade de trabalhar temas sensíveis, necessários a formação crítica-reflexiva do docente.

O programa foi desenvolvido entre os anos de 2013 e 2015. Dados do Ministério da educação, “demonstram que a formação do PNEM em nível nacional alcançou um total de 170.919 professores concluintes, o que representa 66,8% do total de professores inscritos no início do curso. O número de professores ingressantes, matriculados no início do curso, foi de 253.600” (COLONTONIO, 2016, p. 03). Houve uma participação significativa dos professores. Mesmo assim, no período correspondente do programa, entre os anos de 2014 e 2015, o percentual de professores que não participaram ou que desistiram do PNEM ainda demonstra ser grande, 82.681 docentes.

Por se tratar o PNEM de uma política de governo, apresenta-se como uma medida de conjuntura com aspectos circunstanciais e passageiros, tentando responder ao desafio da formação continuada de professores do Ensino Médio. Focado na perspectiva da valorização profissional do professor, o PNEM surgiu em um contexto no qual o Estado assume cada dia mais seu papel de avaliador, “a atuação do Estado, neste momento, parece estar mais centrada nas funções de arbitragem e no estabelecimento de limites formais, éticos e legais” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Assim, o PNEM surge nesse contexto, com o intuito de ressignificar a formação continuada de professores, principalmente do Ensino Médio, já que este nível de ensino apresenta hoje problemas de acesso, permanência e qualidade na aprendizagem. O programa tentou atingir o Ensino Médio em três caminhos: o currículo, este considerado em total descompasso com os alunos que frequentam o Ensino Médio; o PPP que deve orientar o rumo da escola, e a formação continuada de professores, dentro de uma perspectiva cujo objetivo maior era mostrar aos docentes, a concepção de serem eles sujeitos de sua formação. Nessa perspectiva, o professor deveria ter a compreensão profissional da necessidade constante em ressignificar sua prática pedagógica.

Diante do exposto, fica evidente a complexidade que envolvia o PNEM, inserido como ação no Ensino Médio, nível de ensino com sérios problemas estruturais. Tendo como marco

a CF-88, percebemos que houve gradual avanço em políticas para o Ensino Médio. O PNEM, surgiu nesse contexto de mudança, de uma busca na melhoria do Ensino Médio, uma formação continuada que buscava dar uma atenção maior a um dos problemas desse nível de ensino. Cabe salientar, que sendo o mesmo uma política de governo, sua continuidade foi afetada a partir de 2015.

CONCLUSÕES

Nossa pesquisa teve como principal objetivo compreender o ensino médio e o direito à educação a partir de uma reflexão sobre a formação continuada no contexto do PNEM. A primeira questão evidente foi a avaliação positiva que o programa teve. Os professores orientadores foram contundentes em afirmar que o programa foi exitoso na forma como promoveu a formação continuada, e um dos principais questionamentos, foi a descontinuidade do PNEM.

A pesquisa mostrou que o caminho de organização e execução escolhido para o PNEM foi positivo e bem aceito pelos professores orientadores. A ideia de formar professores da escola, conhecedores na realidade local, se mostrou um diferencial, justamente porque possibilitou que esse orientador conhecesse bem com quem trabalhava, preparava as formações pensando nas necessidades da escola.

Um resultado que destacamos, é que os agentes públicos tiveram a possibilidade de estudar como o PNEM foi pensado, organizado e executado, e dentro das possibilidades incluir elementos do programa nas formulações de políticas públicas de formação continuada. Justifica-se essa afirmação em decorrência da avaliação positiva que os estudos sobre o PNEM apresentam.

Assim, o PNEM se mostrou um instrumento importante na luta contra a desvalorização profissional. A ideia de formações a partir do “chão da escola” para o “chão da escola” é bem destacada nos textos citados. Colegas de profissão da escola foram passar por um estudo, e voltaram para a escola para compartilhar e debater conhecimentos.

Todavia, ainda é preocupante perceber que passados trinta anos após promulgação da CF-88, continuamos em luta por uma educação pública de qualidade, posicionando o professor como sujeito importante na construção de valores, possibilitando o desenvolvimento do intelecto e do senso crítico dos estudantes. Assim, devemos pensar o professor reflexivo e promover o fortalecimento dos mesmos com a docência, para que eles possam assumir efetivamente a identidade de professor.

Por fim, se faz eminente pensar a formação continuada em dimensões coletivas, organizacionais e profissionais. Os desafios são grandes, principalmente se pensarmos na construção de uma agenda emancipadora em formação continuada de professores. Nesse contexto, a formação continuada deve ser pensada a partir da ação educativa e de processo pedagógico, sustentada em valores éticos e estéticos, contemplando as múltiplas linguagens e a valorização e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jul. 2016.

COLONTONIO, L. M.; SILVA, M. R. da. **Formação de professores do ensino médio**: cadernos de resumo: pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/03/MEC-Resumos-WEB.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Transversalidade**. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino médio inovador**. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439&Itemid=1038>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1140**, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/portaria_mec_1140_2013.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 30 de janeiro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, DF, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 jul. 2016.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 398 p.

PACTO Nacional pelo fortalecimento do ensino médio: **o pacto**. 2013. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

PACTO Nacional pelo fortalecimento do ensino médio: o pacto. 2013b. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=116>. Acesso em: 10 maio 2016.

PACTO Nacional Pelo Fortalecimento Do Ensino Médio: **Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio.** 2014. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/documento_orientador.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2015.